



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 15 de Julho de 2020
Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007

Ano XIV

Nº 1920



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2302, DE 14 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre a aposentadoria por invalidez da servidora Margarida Cassiano Soares".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica aposentado(a) por incapacidade permanente, conforme Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 08 de 09/12/2005, Lei Municipal 196/99, e Lei Federal 9.876, de 29/11/99, o (a) servidor (a) MARGARIDA CASSIANO SOARES, matrícula 440238, ocupante do cargo de GARI, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS URBANOS.

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 09/07/2020.

Monte Carmelo/MG, 14 de julho de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2303, DE 15 DE JULHO DE 2020.

"ALTERA O DECRETO 2287, DE 18 DE MAIO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DE RESTRIÇÃO E ACESSIBILIDADE A DETERMINADOS SERVIÇOS, ATIVIDADES E BENS PÚBLICOS E PRIVADOS COTIDIANOS, ENQUANTO PERDURAR O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA, EM DECORRÊNCIA DA DOENÇA INFECCIOSA VIRAL RESPIRATÓRIA COVID-19, CAUSADA PELO VÍRUS SARS-CoV-2, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO E REVOGAM OS DECRETOS 2290, DE 22 DE MAIO DE 2020 E DECRETO 2291, DE 28 DE MAIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e as alterações posteriores;

CONSIDERANDO o Decreto de Emergência nº 113, de 13 de março de 2020, do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, decreta Estado de Calamidade Pública no âmbito de todo o território do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020, que "Dispõe sobre medidas

emergenciais de restrição e acessibilidade a determinados serviços e bens públicos e privados cotidianos, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado", republicada no Diário Oficial do Estado, em 24.03.2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 21, de 26 de março de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 30, de 10 de abril de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 34, de 14 de abril de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 38, de 29 de abril de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 40, de 06 de maio de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 58, de 24 de junho de 2020, que Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização das medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento;

CONSIDERANDO que o Decreto 2290, de 22 de maio de 2020, dispõe sobre o retorno gradual e progressivo dos serviços prestados pelos Centros de Formação de Condutores, enquanto perdurar o estado de calamidade pública, em decorrência da doença infecciosa viral respiratória covid-19, causada pelo vírus sars-cov-2, em todo o território do Município;

CONSIDERANDO que o Decreto 2291, de 28 de maio de 2020, dispõe sobre o funcionamento dos restaurantes, enquanto perdurar o Estado de Calamidade Pública, em decorrência da doença infecciosa viral respiratória COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, e que referida normatização encontra-se em desacordo com a Deliberação 17 do Comitê Extraordinário COVID-19;

CONSIDERANDO que a decisão liminar proferida nos Autos do Processo 1.0000.20.459246-3/000, pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, reconhecendo, em juízo provisório cabível em sede liminar, concedeu a medida cautelar postulada na ação declaratória de constitucionalidade pleiteada pelo Procurador-Geral de Justiça, para determinar a imediata suspensão da eficácia das decisões que afastaram a aplicabilidade da Deliberação nº 17/2020 e da Lei Estadual 13.317/1999 aos municípios, restando igualmente suspensos os processos que versem sobre tal matéria, até o julgamento desta ação declaratória de constitucionalidade;

CONSIDERANDO que referida decisão estabeleceu que os atos normativos editados pelo Estado de Minas Gerais para o enfrentamento da pandemia do coronavírus decorrem de competência constitucional atribuída para a disciplina legal da matéria da saúde, especialmente em relação a crises sanitárias e epidemiológicas, razão pela qual devem ser observadas pelos municípios, os quais não podem editar normas que contrariem a normatização estadual, diante da necessidade de um tratamento regionalizado com enfoque preventivo da doença em tela;

DECRETA:

Art. 1º O *caput* e o inciso V do artigo 5º do Decreto nº 2287, de 18 de maio de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Ficam suspensos todos os

serviços, comércio, atividades ou empreendimentos, públicos os privados, com circulação ou potencial aglomeração de pessoas, em especial:

(...)

V. clubes, academias de ginástica, boates, salões de festas, casas de espetáculos, clínicas de estética, salões de beleza e barbearias”.

Art. 2º O inciso II e o parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 2287, de 18 de maio de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º (...)

(...)

II. a restrição às visitas aos centros de convivência de idosos e serviços de acolhimento institucional de idosos; Parágrafo único. Sempre que possível, a prestação de serviços ou a venda de produtos de que tratam os incisos III e IV, deverá ser realizada por modalidades que impeçam a aglomeração de pessoas no recinto ou em filas de espera, observando o distanciamento mínimo de dois metros entre os consumidores e a ocupação máxima do espaço interno à razão de uma pessoa por dez metros quadrados”.

Art. 3º O inciso III do parágrafo único do artigo 7º do Decreto nº 2287, de 18 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando o mesmo parágrafo único acrescido dos seguintes incisos VI, VII e VIII:

“Art. 7º (...)

(...)

III. manutenção de distanciamento mínimo entre os consumidores e controle para evitar a aglomeração, inclusive por meio de demarcação de espaço em fila de espera com distanciamento mínimo de dois metros entre os consumidores e ocupação máxima do espaço interno à razão de uma pessoa por dez metros quadrados;

(...)

VI. estabelecer, como regra, regime de trabalho remoto para as atividades administrativas, ressalvada a necessidade de manutenção de escala mínima, quando imprescindível;

VII. manter afastados de suas atividades todos os colaboradores com sintomas de doença respiratória, ainda que leves;

VIII. instituir regime de teletrabalho para todos os colaboradores que façam parte de grupos potencialmente mais vulneráveis à COVID-19, em especial, pessoas maiores de sessenta anos, gestantes, lactantes e portadores de doenças crônicas”.

Art. 4º Ficam Revogados os Decretos nº 2290, de 22 de maio de 2020 e Decreto nº 2291, de 28 de maio de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 15 de julho de 2020.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



ATA Nº 001/2020 REUNIÃO ORDINÁRIA CMDCA 19/06/2020 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE CARMELO/MG.

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte, na sala dos Conselhos localizada a Rua Tito Fulgêncio, 117, Centro, as oito horas e quinze minutos, reúnem-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com os conselheiros titulares Debora Muniz Quaiatto Machado, Osvaldo Antônio da Silva, Carla Rodrigues Moreira Montes, Mariana Machado Mundim Marques, Rogerio Antunes Lemes, Viviane Messias de Lourdes, os Suplentes Elizangela Pereira Costa Mundim, Tania Aparecida Pena Silva, Patricia Garcia Borges, e a secretária executiva Conceição Aparecida de Souza Pereira. Com a seguinte pauta: Eleição da mesa Diretora do CMDCA e formação das Câmaras Temáticas. Assim Debora inicia a reunião dando boas vindas a todos, justificou a ausência dos ex. presidente Daniel Dias de Oliveira e explica a estrutura e funcionamento do Conselho sendo que leu o Regimento Interno e passou a palavra para o Conselheiro Osvaldo que conduziu a eleição da mesa diretora do CMDCA, para a Gestão 2020-2022. Prosseguindo, por aclamação os conselheiros fazem a eleição ficando a seguinte composição: Presidente: Debora Muniz Quaiatto Machado, Vice-presidente: Rogerio Antunes Lemes, 1 Secretária Mariana Machado Mundim Marques, 2 Secretária Carla Rodrigues Moreira Montes. Fica assim discriminado o CMDCA gestão 2020-2022: Representantes de Entidades Não Governamentais: Pequenas Comunidades Nossa Senhora do Carmo CARMOCEB-Titular: Carla Rodrigues Moreira Montes Suplente: Elizangela Pereira da Costa Mundim. Associação Luta Pela Vida-ALPV Titular: Osvaldo Antônio da Silva e Suplente: Tania Aparecida Pena Silva. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE Titular: Mariana Machado Mundim Marques e Suplente Daniel Dias de Oliveira. Centro de Aprendizagem Djalma Teodoro da Silva Titular- Lucimar Caixeta Cardoso e Suplente: Luciana Argenton Magalhães. Representantes Governamentais: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social: Debora Muniz Quaiatto Machado e Suplente Renata Dias e Silva Goulart. Secretaria Municipal de Saúde Titular: Rogerio Antunes Lemes e Suplente Patricia Garcia Borges. Secretaria Municipal da Fazenda Titular Viviane Messias Lourdes e Suplente Marco Tulio Salgado Gama. Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Titular Patricia Matias Diogo e Suplente Sandra Maria Rezende. Em seguida passa-se a formação das comissões permanente que são: I-Câmara Setorial Permanente de Políticas Básicas e Garantias de Direitos: Carla Rodrigues Moreira Montes, Rogerio Antunes Leme e Osvaldo Antônio da Silva. Considerando a falta de algumas entidades, as demais Câmaras serão formadas na próxima reunião. Sem nada

Conceição Aparecida de Souza Pereira
Rogerio Antunes Lemes
Viviane Messias de Lourdes
Carla Rodrigues Moreira Montes
mais havendo a tratar, eu Mariana Machado Mundim Marques lavrei a presente Ata a qual devesse ser assinada por todos presentes.
Carla Rodrigues Moreira Montes
Debora Quaiatto Machado
Elizangela Pereira Costa Mundim
Mariana Machado Mundim Marques
Osvaldo Antônio da Silva
Patricia Garcia Borges
Rogerio Antunes Leme
Tania Aparecida Pena Silva
Viviane Messias Lourdes
Conceição Aparecida de Souza Pereira



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 53/2020. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 29 julho de 2020, às 09:00 horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 53/2020, tipo Menor Preço por Item. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Segurança não Armada, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo-MG, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 54/2020. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 29 de julho de 2020, às 15:00 horas na Sala de Licitações, da Pref. Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, Pregão Presencial SRP nº 54/2020, tipo Menor Preço por lote. Cujo Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção e Reparação de Aparelhos Eletrodomésticos, com Fornecimento de Peças, para atender às necessidades do Município de Monte Carmelo, para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 13 de julho de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 55/2020 NA FORMA: ELETRÔNICA. A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 29 de julho de 2020, às 15h30min o Pregão SRP nº 55/2020, na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carmelo/MG, para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 20/07/2020 no site www.licitanet.com.br. Abertura das Propostas: 29/07/2020 às 15h35min no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 29/07/2020 às 15h50min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 15 de julho de 2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 50/2020, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 65/2020. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Gráficos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo-MG. Para participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 65/2020, modalidade Pregão nº 50/2020 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Anderson Claiton Machado ME; Gráfica Real e Gazeta Ltda; Hudson Paranhos da Silva – ME. **Data:** 09/07/2020. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO– PREGÃO SRP Nº 50/2020, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 65/2020.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 65/2020, modalidade Pregão nº 50/2020 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Anderson Claiton Machado ME; Gráfica Real e Gazeta Ltda; Hudson Paranhos da Silva – ME. **Data:** 10/07/2020. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 50/2020, FORMA: ELETRÔNICA. PROCESSO Nº 65/2020. Órgão gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 meses. **Empresas:** Ata RP nº 96/2020: Anderson Claiton Machado ME, CNPJ: 02.264.795/0001-70; Valor: R\$ 440,00. Ata RP nº 97/2020: Gráfica Real e Gazeta Ltda, CNPJ: 17.839.796/0001-73; Valor: R\$ 108,00. Ata RP nº 98/2020: Hudson Paranhos da Silva – ME, CNPJ: 29.061.957/0001-20; Valor: R\$ 35.088,50. **Valor Global:** R\$ 35.636,50. **Data:** 10/07/2020. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 228

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br